

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ESPORTE E LAZER: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS SOBRE A COMUNIDADE LOCAL

Josivan Pereira da silva

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Rio Grande Do Norte - (IFRN)
josivan_eco01@yahoo.com.br

RESUMO: As políticas públicas voltadas para o esporte e lazer desempenham um papel crucial no desenvolvimento social e econômico das comunidades. Este artigo discute como essas políticas promovem a inclusão social, a coesão comunitária e o desenvolvimento econômico local. Utilizando como referenciais teóricos as obras de Pierre Bourdieu (1992), David Harvey (2008), Karl Marx (1982), Adam Smith (1996), Carlos Vainer (2000), dentre outros autores, o estudo analisa os impactos sociais e econômicos decorrentes do investimento público em esporte e lazer, considerando também como essas ações contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e participativa. A partir de uma revisão bibliográfica, o artigo evidencia a importância de integrar esporte e lazer na agenda de desenvolvimento urbano dos gestores, destacando o papel estratégico dessas políticas como instrumentos de transformação social, de desenvolvimento e de crescimento econômico sustentável.

Palavras-chave: políticas públicas, esporte, lazer, impacto social, impacto econômico.

PUBLIC POLICIES FOCUSED ON SPORTS AND LEISURE: SOCIAL AND ECONOMIC IMPACTS ON THE LOCAL COMMUNITY

ABSTRACT: Public policies focused on sport and leisure play a crucial role in the social and economic development of communities. This article discusses how these policies promote social inclusion, community cohesion, and local economic development. Using the works of Pierre Bourdieu (1992), David Harvey (2008), Karl Marx (1982), Adam Smith (1996), Carlos Vainer (2000), and other authors as theoretical frameworks, the study analyzes the social and economic impacts of public investment in sport and leisure, also considering how these actions contribute to building a more equitable and participatory society. Based on a literature review, the article highlights the importance of integrating sport and leisure into urban development agendas, highlighting the strategic role of these policies as instruments of social transformation, development, and sustainable economic growth.

Keywords: public policies, sport, leisure, social impact, economic impact.

1 INTRODUÇÃO

O esporte e o lazer são reconhecidos como importantes ferramentas para o desenvolvimento social e econômico das comunidades. Por meio de políticas públicas eficazes, esses elementos podem promover a inclusão social, fortalecer laços comunitários e estimular o crescimento econômico local. Nos últimos anos, o investimento público em esporte e lazer tem sido considerado uma estratégia de desenvolvimento urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais. Essa abordagem está alinhada com diversas correntes teóricas que defendem o papel do esporte e do lazer na construção de cidades mais democráticas e inclusivas.

A teoria do desenvolvimento humano e social, destaca que o investimento em esporte e lazer promove o bem-estar, saúde e participação social, influenciando positivamente o desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades, como bem apresentado por Sen (1999) e Nussbaum (2011), ao enfatizarem que o acesso a atividades culturais, esportivas e recreativas é fundamental para ampliar as capacidades humanas e promover igualdade de oportunidades.

Ao mesclar o lado estrutural com o social, entramos na teoria do urbanismo social e participativo. Essa abordagem sustenta que a implementação de espaços de esporte e lazer públicos incentiva a inclusão social, a participação comunitária e o fortalecimento do tecido social urbano. Autores como Jane Jacobs defendem que a vitalidade de uma cidade depende do uso ativo de seus espaços públicos e da convivência social, o que pode ser fomentado por ofertas de lazer

Este artigo se trata de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo explorar os impactos positivos das políticas públicas de esporte e lazer nos aspectos sociais e econômicos dentro do contexto/realidade de uma comunidade. Para tanto, serão tomados, como referenciais teóricos, autores como: Bourdieu (1992), Harvey (2008), Marx (1982), Vainer (2000), Marcellino (2008), e outros, que darão o suporte necessário para o embasamento teórico deste.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Bourdieu (1992), o esporte é um campo de práticas sociais no qual diferentes agentes disputam diversos tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico). As políticas públicas que visam democratizar o acesso ao esporte e lazer podem promover uma redistribuição desses capitais, favorecendo grupos sociais que historicamente têm menor acesso a esses espaços. Nesse sentido, o esporte deixa de ser apenas uma prática corporal e passa a representar um espaço de luta simbólica e de mobilidade social. Bourdieu ressalta ainda que, quando apropriado pelas classes populares, o

esporte pode funcionar como um instrumento de reconhecimento social, reforçando valores de pertencimento e identidade coletiva. Assim, o poder público tem um papel fundamental na criação de condições para que o esporte seja acessível a todos, e não apenas às elites, como historicamente ocorreu.

Harvey (2008) enfatiza a importância das políticas públicas na promoção de um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável. Segundo o autor, o espaço urbano é uma construção social e política, e as intervenções públicas, como a criação de espaços de esporte e lazer, têm o potencial de transformar a vida das pessoas, promovendo a justiça social e econômica. Ele argumenta que a privatização dos espaços urbanos deve ser combatida com iniciativas públicas que garantam o direito à cidade, sendo este, o conceito central em sua obra. Dessa forma, Harvey vê no esporte e no lazer ferramentas de resistência contra a mercantilização dos espaços públicos e contra as desigualdades sociais. Tais políticas podem também corrigir injustiças históricas ao investir em infraestrutura urbana em regiões marginalizadas, ampliando o acesso da população periférica a oportunidades de desenvolvimento e integração social.

Elias (1994), em sua obra sobre o processo civilizador, aponta o esporte como uma prática fundamental para o controle das emoções e para a internalização de normas sociais. As políticas públicas esportivas, nesse contexto, têm o potencial de promover a disciplina, o respeito às regras e a convivência harmônica. Isso é especialmente relevante em áreas vulneráveis, onde o esporte pode representar uma alternativa eficaz à violência e à exclusão social.

Freire (1996) destaca a importância do lazer como espaço de formação e emancipação humana. Longe de ser apenas um momento de descanso, o lazer pode ser um espaço de aprendizagem, reflexão e transformação social. Políticas públicas que entendem o lazer como prática educativa ampliam as possibilidades de empoderamento das comunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais crítica, participativa e democrática.

Dito isto, os autores Pierre Bourdieu, David Harvey, Norbert Elias e Paulo Freire convergem ao compreender o esporte e o lazer não apenas como atividades recreativas, mas como instrumentos poderosos de transformação social, construção de cidadania e combate às desigualdades. Bourdieu, ver o no esporte, um espaço de luta e pertencimento, com potencial de reduzir exclusões históricas; e, David Harvey, por sua vez, amplia a ideia de espaço urbano ao considerá-lo como um produto social, defendendo o direito à cidade e o uso coletivo dos espaços públicos. Para ele, a criação de espaços de esporte e lazer deve ser pensada como parte de uma política urbana justa, combatendo a “mercantilização” do espaço e promovendo inclusão e equidade, especialmente nas periferias. Já

Norbert Elias insere o esporte no contexto do “processo civilizador”, entendendo-o como ferramenta de autocontrole, disciplina e internalização de normas sociais. Em áreas marcadas por vulnerabilidades sociais, o esporte pode funcionar como alternativa à violência e à desintegração comunitária, promovendo convivência e civilidade. Por fim, Paulo Freire oferece uma leitura pedagógica do lazer, defendendo-o como espaço de “formação crítica e emancipação”. Longe de ser alienante, o lazer, quando articulado às políticas públicas conscientes, pode favorecer o protagonismo popular, a construção de saberes e o engajamento político das comunidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas voltadas para o esporte e o lazer configuram-se como uma abordagem estratégica, com potencial para fomentar inclusão social, saúde, coesão comunitária e crescimento econômico, desde que fundamentadas em princípios de equidade e sustentabilidade, priorizando as reais demandas das comunidades. Esta seção, traz a discussão dos resultados da pesquisa que buscou investigar os impactos positivos dessas políticas e está dividida em duas subseções, sendo uma, analisando os impactos no âmbito social e a outra analisando os impactos no âmbito econômico, considerando o contexto e a realidade de uma comunidade ou localidade.

4.1 IMPACTOS POSITIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER: ASPECTOS SOCIAIS

As políticas públicas voltadas para o esporte e lazer promovem a inclusão social, ao oferecer oportunidades para que indivíduos de diferentes origens, idades, gêneros e condições físicas participem de atividades esportivas e recreativas. Esses programas podem reduzir desigualdades ao proporcionar acesso a espaços e eventos esportivos que muitas vezes estão fora do alcance de comunidades carentes, facilitando a integração social e o fortalecimento da cidadania. Dessa forma, o esporte tem a capacidade de unir pessoas de diferentes origens, promovendo a inclusão social e criando oportunidades para a juventude, como observado por Bastos e Pereira (2019).

As políticas de esporte e lazer também desempenham um papel fundamental na promoção da saúde pública, resultando em menores gastos com serviços de saúde devido à prevenção de doenças associadas ao sedentarismo. Isso, por sua vez, libera recursos públicos que podem ser investidos em outras áreas prioritárias, como educação e segurança (Ferreira, 2017). Tais políticas são essenciais para promover um estilo de vida saudável e combater o sedentarismo, uma das principais causas de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes e hipertensão (Mendes, 2018).

A criação de espaços públicos de esporte e lazer, como quadras, parques e centros comunitários, pode fortalecer os laços sociais dentro de uma comunidade. Esses locais funcionam

como pontos de encontro onde as pessoas podem se reunir, participar de atividades coletivas e fortalecer a unidade comunitária. A participação em eventos esportivos e recreativos contribui para a construção de redes de solidariedade e cooperação, fundamentais para a coesão social.

Diversos estudos indicam que a prática esportiva regular, especialmente entre jovens, pode reduzir a criminalidade e a violência em áreas urbanas. Programas públicos de esporte e lazer oferecem alternativas saudáveis e educativas, desviando a atenção de comportamentos de risco. O esporte ensina valores como respeito, disciplina e trabalho em equipe, que podem ser aplicados em outras esferas da vida social, conforme ressalta Cecchini (2003), acerca da relação entre a redução da criminalidade e o esporte. O autor discute como o esporte pode funcionar como uma ferramenta de prevenção à criminalidade juvenil, promovendo a inclusão social e reduzindo o envolvimento de jovens em atividades ilícitas. Ele explora como políticas públicas voltadas para o esporte podem criar ambientes seguros e saudáveis, desviando a atenção dos jovens de comportamentos de risco.

4.2 IMPACTOS POSITIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER: ASPECTOS ECONÔMICOS

O investimento público em infraestrutura esportiva e de lazer promove o aquecimento da economia local, gerando empregos formais e informais em diversas áreas: construção civil, comércio de artigos esportivos, serviços de saúde, educação física e turismo. De acordo com Adam Smith (1996), o trabalho é a verdadeira fonte de riqueza das nações, e políticas que estimulam a empregabilidade a partir do setor esportivo e recreativo representam uma forma concreta de expandir a economia real por meio da força produtiva da população. Karl Marx (1982) e Friedrich Engels (1984), ao analisarem as estruturas do capitalismo, ressaltam que a produção e a reprodução da vida material estão no centro das relações sociais. Assim, quando o Estado investe em equipamentos esportivos em comunidades populares, está não apenas fornecendo infraestrutura física, mas também potencializando a capacidade produtiva e de valorização da força de trabalho local. A requalificação urbana e o estímulo ao empreendedorismo esportivo tornam-se ferramentas de reestruturação do capital social e econômico das periferias.

No contexto brasileiro, Vainer (2000), alerta para os riscos do "planejamento estratégico empresarial da cidade", no qual o lazer e o esporte são tratados como vitrines para grandes eventos, negligenciando a real demanda das populações locais. Dessa forma, uma política pública bem orientada precisa priorizar o desenvolvimento comunitário de base, evitando a lógica do espetáculo e valorizando as práticas cotidianas e culturais locais. Marcellino (2008) reforça que o lazer deve ser

entendido como um direito social e um campo gerador de trabalho e renda. O autor aponta que programas públicos podem, por exemplo, fomentar o cooperativismo, a economia solidária e os arranjos produtivos locais em torno de atividades esportivas e culturais, promovendo não apenas inclusão social, mas também autonomia econômica das comunidades atendidas.

O impacto econômico das políticas públicas também se estende à valorização imobiliária e à reestruturação urbana. A criação de parques, praças e centros esportivos em bairros periféricos pode desencadear processos de valorização imobiliária, melhoria da infraestrutura urbana e aumento da atratividade para investimentos públicos e privados.

Contudo, como lembrado por Harvey (2008), é necessário cuidado para que esse processo não provoque a gentrificação, que é o processo de transformação de áreas urbanas menos valorizadas, que passam a atrair moradores de maior poder aquisitivo; e o deslocamento das populações originárias, substituindo inclusão por exclusão. A função da política pública deve ser de promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e justiça espacial, assegurando que os benefícios da requalificação urbana atinjam diretamente os moradores originais dos territórios beneficiados. A perspectiva de Marx e Engels também é útil aqui, ao apontarem como o capital tende a reconfigurar os espaços urbanos conforme seus interesses. Por isso, a presença do Estado é fundamental para mediar esse processo e garantir que o valor social do espaço não seja substituído pelo valor de troca do mercado imobiliário.

Autores como Leite (2012), defendem que o esporte e o lazer devem estar integrados ao planejamento urbano sustentável, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também a qualidade de vida e a permanência da população no território. Políticas públicas bem implementadas podem criar ambientes urbanos mais equitativos, seguros e economicamente ativos.

Os autores apresentados convergem na defesa de políticas públicas de esporte e lazer como mecanismos de desenvolvimento econômico, inclusão social e valorização do trabalho. Smith (1996) destaca o trabalho como fonte essencial da riqueza, e, nesse sentido, os investimentos em infraestrutura esportiva e recreativa aquecem a economia local ao gerar empregos diretos e indiretos em setores como construção civil, comércio, saúde e educação física. Marx (1982) e Engels (1984) complementam essa visão ao apontar que a infraestrutura esportiva não apenas atende a uma necessidade material, mas também fortalece a capacidade produtiva e a valorização da força de trabalho nas periferias, promovendo uma reorganização social e econômica nesses territórios.

Vainer (2000), alerta para os riscos de um modelo de cidade voltado ao espetáculo, em que o esporte serve mais como vitrine para grandes eventos do que como resposta às necessidades reais da população. Para ele, o foco deve estar no fortalecimento das práticas locais, promovendo o

desenvolvimento comunitário autêntico e sustentável. Nessa mesma linha, Marcellino (2008) reforça o entendimento do lazer como um direito social, com potencial de geração de renda e fortalecimento da economia solidária. Ele destaca que políticas públicas bem elaboradas podem fomentar cooperativas e arranjos produtivos locais ligados ao esporte e à cultura, promovendo inclusão e autonomia econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas para o esporte e lazer exercem sim, um impacto positivo significativo nos aspectos sociais e econômicos das comunidades. A partir das contribuições teóricas dos autores aqui citados, este artigo demonstra como o investimento público pode promover inclusão, reduzir desigualdades e fomentar o desenvolvimento urbano e econômico de maneira equilibrada. Entretanto, para que tais políticas alcancem seus objetivos, é necessário que sejam planejadas com base em diagnósticos participativos e voltadas às reais necessidades das comunidades. Além disso, devem integrar-se a outras áreas como saúde, educação, segurança e cultura, compondo uma política pública transversal e contínua, como um ecossistema interligado.

Em conjunto, os autores que aqui foram tomados como referenciais teóricos, apontam que o esporte e o lazer, quando incorporados às políticas públicas de maneira inclusiva e crítica, transcendem sua função recreativa e passam a operar como ferramentas de justiça social, reconhecimento, educação e cidadania, ao mesmo tempo em que possui um potencial gigantesco para promoção, não apenas do desenvolvimento econômico e social, mas que também tem força para gerar um crescimento econômico, ao possibilitar que comunidades com baixa renda per capita ou com vulnerabilidade social, possam ter oportunidades de empreender ao serem beneficiadas com políticas públicas que visem desenvolver o esporte e o lazer nessas localidades.

O desafio dos gestores públicos está em superar a lógica de políticas pontuais e assistencialistas, adotando estratégias estruturadas, integradas e de longo prazo; políticas públicas de Estado e não de governo. Somente assim será possível garantir que comunidades historicamente marginalizadas tenham acesso a oportunidades reais de desenvolvimento humano, social e econômico.

Interligando todas essas ideias, observa-se que o esporte e o lazer, quando tratados como políticas estruturantes e não como entretenimento elitizado, podem transformar realidades sociais ao promover trabalho, renda, cidadania e desenvolvimento local sustentável. O esporte e o lazer devem deixar de ser vistos como atividades secundárias ou meramente recreativas e passar a ser considerados

dimensões estratégicas do desenvolvimento nacional, assim, o poder público não só cumpre sua função social, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e economicamente dinâmica.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, A.; PEREIRA, L. **Inclusão social através do esporte: desafios e oportunidades**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2019.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 1992.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Política nacional do esporte: diretrizes e ações**. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.
- CECCHINI, L. C. de O. Esporte e violência urbana: uma análise das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 63-80, 2003.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação: esporte e lazer na civilização**. Lisboa: Difel, 1994.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 1984.
- FERREIRA, J. O impacto econômico dos eventos esportivos nas economias locais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 85-102, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HARVEY, D. **O direito à cidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades americanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. 1.
- MENDES, S. Sedentarismo e políticas públicas: um estudo sobre a saúde coletiva. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 202-215, 2018.
- NUSSBAUM, M. C. **Criando capacidades: a abordagem do desenvolvimento humano**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SANTOS, M.

Infraestrutura esportiva e valorização imobiliária:

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*



estudo de caso em cidades brasileiras. **Revista de Gestão Urbana**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-60, 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercado: o planejamento estratégico da cidade sob a ótica dos empresários. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-104.

SOBRE O AUTOR

JOSIVAN PEREIRA DA SILVA

Formado em ciências econômicas (UFRN); graduando em gestão desportiva e de lazer (IFRN) e educação física licenciatura (UNINASSAU); servidor público do Estado do Rio Grande do Norte.

E-mail: josivan_eco01@yahoo.com.br



Recebido em: 05 de junho de 2025

Aceito em: 12 de julho de 2025

